

## BREVES REFLEXÕES SOBRE A “CASA PRÓPRIA” E SUAS REPRESENTAÇÕES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

**Juliana Macedo de Sousa<sup>i</sup>**

Mestranda em Geografia  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões sobre as representações que a casa própria tem na atual sociedade brasileira, buscando compreender seu contexto político, econômico e social, além de seus princípios fundadores. Tal reflexão se faz importante, pois, em nossa sociedade, a necessidade de obter a moradia se sobrepõe à necessidade de morar, de maneira tal que ter a casa própria carrega em si diversas representações e significados, tornando-se “naturais”. Por isso, buscaremos compreender que o método dialético nos permite ultrapassar essa pseudoconcreticidade (Kosik, 2006), de maneira que possamos compreender os direitos de posse como princípios fundadores do conceito de “casa própria”.

**Palavras-chave:** casa própria, propriedade privada, dialética, pseudoconcreticidade

### BRIEF REFLECTIONS ABOUT "HOME OWNERSHIP" AND ITS REPRESENTATIONS IN THE BRAZILIAN SOCIETY

### Abstract

The purpose of this article is to make some reflections about the representations that home ownership has in the current Brazilian society, seeking to understand its political, economic and social context, in addition to its founding principles. Such reflection becomes important because, in our society, the need to obtain housing overlaps with the need to live in such a way that having the home itself carries diverse representations and meanings, becoming "natural." Therefore, we will try to understand that the dialectical method allows us to overcome this pseudoconcreticity (Kosik, 2006), so that we can understand the rights of the founding principles of the concept of "home ownership".

**Keywords:** Home ownership, Private property, Dialectical, Pseudoconcreticity.

<sup>i</sup> *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

*Endereço eletrônico:*

[julianamacsosa@gmail.com](mailto:julianamacsosa@gmail.com)

## Introdução

A moradia é fundamental para a vida das pessoas. Para além de formas e construções, a moradia é o espaço onde a vida se realiza, é uma necessidade do ser humano enquanto lugar de abrigo, privacidade e segurança, podendo ser símbolo de *status*, de pertencimento a determinada classe social e diversos tipos de usos. No entanto, a moradia também tem valor de troca, ou seja, para ter acesso a esse bem temos que pagar por ele. Portanto, podemos afirmar que dessa forma, a moradia se constitui em uma mercadoria, tendo valor de uso e valor de troca.

De acordo com Harvey (2016), a moradia é construída especulativamente na maior parte do mundo capitalista avançado, ou seja, ao invés do valor de uso ser o objetivo primário da construção de moradias, o valor de troca é quem assume a provisão habitacional. Dessa forma, a moradia adquire um preço altíssimo dificultando que a população de baixa renda consiga obtê-la. Enquanto propriedade privada, o direito jurídico sobre a moradia traz a segurança de, sendo proprietário legal da habitação, usufruir de um direito que em certa medida deveria ser a todos. Sendo assim, a “casa própria” tornou-se um “sonho de consumo”, sobretudo pelas camadas populares, sendo esse desejo muito presente em nossas vidas. Mas, afinal, quais são as representações e/ou significados da “casa própria”? Como a casa própria tornou-se um “sonho de consumo”?

O presente artigo tem por objetivo realizar algumas reflexões sobre as representações que a casa própria tem na atual sociedade brasileira, buscando compreender seu contexto político, econômico e social, além dos seus princípios fundadores. Fazer tal questionamento é necessário para compreender como a busca pela dita “casa própria” é também uma construção social, embora a moradia seja uma necessidade humana. A moradia é uma necessidade; a casa própria não. Embora, na sociedade em que vivemos, a necessidade de ser proprietário jurídico de uma moradia seja uma coisa “natural”, uma necessidade que faz parte da vida cotidiana do homem, ou seja, faz parte do que Kosik (1969) chama de mundo da pseudoconcreticidade.

### A “casa própria” e suas representações

De acordo com Kosik (1969) a “coisa em si” não se manifesta diretamente ao homem, ou seja, não nos é possível conhecer a essência da coisa, sua manifestação se dá através dos fenômenos. Diante deste aspecto fenomênico da coisa, no trato prático utilitário das mesmas, o homem cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema de noções que capta e fixa esse aspecto fenomênico. Assim, as formas fenomênicas da realidade, que são conjunto das representações ou categorias do “pensamento comum”, se reproduzem de forma imediata na mente daqueles que realizam uma determinada *praxis* histórica. Dessa forma, para o autor, aquilo que ele denomina de *praxis* utilitária imediata e o senso comum, dão condições de o homem familiarizar-se com as coisas e até mesmo manejá-las, mas não permite compreendê-las.

Essa familiaridade com as coisas faz com que as mesmas se tornem “natural” na vida cotidiana do homem, adquirindo assim intimidade e confiança na aparência superficial da realidade. Sendo assim, este

“complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*” (KOSIK, 1969, p. 11).

Dessa forma, no mundo da *pseudoconcreticidade*, o fenômeno é considerado como a essência da coisa, desaparecendo a diferença entre eles, ou seja, a maneira como a coisa se manifesta para nós é tida como a essência e não apenas como sua manifestação. Isso impede que a essência da coisa seja apreendida ou até mesmo que a coisa seja questionada, pois se acredita que aquilo que é percebido e vivido é tal como assim se manifesta, já que os fenômenos são produtos da *praxis* cotidiana. De acordo com Ciavatta (2014), a fenômeno é mediação entre a essência e o homem. E Kosik (1969) corrobora afirmando que o fenômeno indica a essência, ao mesmo tempo em que a esconde. Com isso, podemos dizer que o fenômeno da casa própria indica o elemento fundamental do capitalismo que é a propriedade privada, ao mesmo tempo que o esconde ao se colocar como a única possibilidade de ter assegurado de forma legal o direito à moradia. Em outras palavras, a busca pela casa

própria é tida como a essência e não como um aspecto fenomênico da propriedade privada.

Para Kosik (1969), vivemos em um mundo de obriedade, a qual não é contestada, e para que possamos sair dessa obriedade e conhecer a coisa, é necessário fazer a decomposição do todo, ou seja, separação entre o fenômeno e a essência. O autor na mesma obra aponta que

“o conhecimento se realiza como a separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, *sem decomposição não há conhecimento* – demonstra uma estrutura análoga à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo” (p. 14).

Essa decomposição do todo nada mais é do que a distinção entre o mundo das aparências e o mundo da realidade, ou do que Kosik (1969) chama de *praxis* utilitária cotidiana da *praxis* revolucionária da humanidade, de forma que o pensamento pode assim captar a “coisa em si”. Tal distinção só pode ser feita através da dialética. A dialética é “o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘a coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (KOSIK, 1969, p. 15-16). Assim, a dialética permite a destruição da *pseudoconcreticidade* e atinge a concreticidade, é “ao mesmo tempo um processo no curso sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; [...] por trás do fenômeno, a essência” (p. 16).

No método dialético, um dos elementos essenciais é a categoria do movimento perpétuo (Löwy, 2015), onde há uma transformação permanente de todas as coisas. Assim, nada é fixo, eterno, absoluto, mas está em constante transformação, tudo está sujeito ao fluxo da história. Löwy (2015, p. 22-23) nos apresenta que

“para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário”.

Desta maneira, “uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade, têm que ser vistas na sua limitação histórica” (p. 23).

Assim, o conceito de casa própria também deve ser analisado sob esta perspectiva, considerando sua limitação histórica, compreendendo-a não como verdade absoluta, já que ter de pagar para realizar o ato de morar é resultado de uma construção histórica capitalista. Construção esta, que carrega em si a contradição entre o valor de uso da moradia e seu valor de troca expresso pelo ato de ter de pagar para usufruir de tal bem. Compreendendo que o método dialético possui como elemento fundamental a contradição, e que ao fazermos uma análise dialética sempre fazemos uma análise de contradições internas da realidade (Löwy, 2015).

A dialética, então, permite compreender a realidade. Mas, afinal, o que é a realidade? Como a dialética permite conhecê-la? Ciavatta (2014) considera a realidade “não como um sistema estruturado em si mesmo, mas como uma totalidade histórica, socialmente construída” (p. 203). Sendo assim, podemos considerar a realidade como totalidade concreta, isto é, “como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de auto-realização” (Kosik, 1969, p. 35). Vemos aqui então, outro elemento fundamental da dialética que é a categoria metodológica da totalidade. E em contraposição a opinião daqueles que concebem a realidade como conjunto de todos os fatos, Kosik (1969) afirma que

“a totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta *concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo*”(p. 49-50).

Nosso contato imediato com a realidade se dá por meio das aparências, com aquilo que nos é sensível e perceptível. Por isso, o fenômeno seria a mediação entre a realidade e a nossa percepção. Para tomarmos conhecimento dessa totalidade concreta, o método dialético ou a dialética da totalidade concreta como aponta Kosik (1969) é fundamental, pois é o método que nos permite compreender a realidade como fenômeno e essência, ao invés de conceber a realidade somente a partir da sua manifestação, ou seja, somente a partir dos fenômenos. Em vista disso,

“a totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real (cuja dependência face à problemática ontológica da realidade já ressaltamos repetidas vezes) significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ele ocupa no seio do corpo social” (p. 51-52).

Sendo assim, Ciavatta (2014) define a dialética da totalidade como

“uma teoria da realidade em que seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados, [...] Neste sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural etc.” (p. 195).

Diante disso, compreendemos a “casa própria” não como a “coisa em si”, mas sim, como um objeto determinado por relações em diferentes níveis, para além da pseudoconcreticidade. Araújo (2008) nos mostra como que o conceito da aquisição da casa foi sendo criada no Brasil ao longo de muitos anos. Com os salários baixos e cada vez mais deteriorados, os altos preços dos aluguéis e cada vez mais necessidades surgindo para os moradores da cidade, muitas eram as inquietações da classe trabalhadora. Com isso, a aquisição da casa própria seria a possibilidade de solucionar tais inquietações.

Do ponto de vista da reprodução do capital, Oliveira (2003) *apud* Araújo (2008) afirma que:

“A aceleração [do crescimento industrial] afetará profundamente a relação salário real -custo de reprodução de força de trabalho urbana. No período de liquidação da economia pré anos 1930 esse conflito ou a equivalência dessa relação foi assegurada, de um lado, pela contribuição que a agricultura “primitiva” [grifo do autor] dava ao abastecimento das cidades e, de outro, pela reprodução nos contextos urbanos de certas formas de “economia de subsistência” [grifo do autor], das quais a construção da casa própria constituía importante parcela daquele custo. Sem embargo, a relação começa a desequilibrar-se no sentido de um salário real que não chega a cobrir o custo de reprodução, da força de trabalho, simplesmente pelo fato de que, não somente à medida que o tempo passa, mas à medida que a urbanização avança, à medida que as novas leis de mercado se impõem, o custo da reprodução da força de trabalho urbana passa a ter componentes cada vez mais urbanos: isto é, o custo de reprodução

de força de trabalho também se mercantiliza e industrializa [...] enfim, todos os componentes do custo de reprodução se institucionalizam, se industrializam, se transformam em mercadorias” (OLIVEIRA, 2003, p. 84 *apud* Araújo, 2008, p. 167).

Deste modo, no Brasil foi estabelecida a casa própria como mercadoria e como forma de ter relativa segurança frente às inquietações da classe trabalhadora. E, permitindo assim, o crescimento do capitalismo imobiliário, inclusive através das políticas públicas habitacionais, as quais sempre foram pautadas na obtenção da propriedade.

No entanto, sabemos que a casa própria não é uma mercadoria de fácil acesso pelas camadas mais populares. Ainda que haja políticas públicas habitacionais, no Brasil, até tais políticas são voltadas para a população com um poder aquisitivo maior, as quais são capazes de pagar por tal mercadoria. Sendo assim, podemos dizer que a casa própria tornou-se uma das manifestações da dominação simbólico-ideológica da classe dominante, pois “as ideias da classe dominante são as idéias dominantes de uma época, isto é, a classe materialmente dominante da sociedade é ao mesmo tempo a força intelectual dominante” (Marx e Engels, 1998, p. 67 *apud* Aguiar, 2012, p. 65).

João Aguiar (2012) ao buscar compreender como que as múltiplas e multifacetadas formas de dominação simbólico-ideológica da classe dominante, ainda que nem sempre operacionalizadas por ela, pode por vezes, reverter a seu favor, nos aponta que a luta de classes se dá muitas vezes pela apropriação simbólico-cultural. Ao se debruçar sobre a obra de Bourdieu, o autor nos revela como que os gostos e estilos de vida legítimos da classe dominante economicamente a afirma como dominante cultural, e, por conseguinte, simbolicamente. Ao apropriar-se de um objeto, gosto e/ou estilo de vida, a classe dominante se torna possuidor exclusivo de tais coisas e aqueles considerados não merecedores por serem incapazes de possuir por falta de recursos materiais ou simbólicos fazem parte da classe não-dominante. Assim acontece um processo social denominado de distinção por Bourdieu, ou seja, a apropriação de determinados objetos e/ou gostos é o que torna a classe dominante distinguível, ao mesmo tempo em que, assim produz a dominação simbólico-ideológica da burguesia. Dessa forma,

“o paradoxo da imposição da legitimidade é que torna impossível determinar onde a faceta dominante aparece como distinguível ou nobre porque é dominante – isto é, porque ela tem o privilégio de definir pela sua existência o que é nobre e distinguível como sendo exactamente o que é, um *privilégio que é expresso precisamente na sua auto-suficiência*[grifo do autor] – ou se é por ser dominante que ele aparece portador dessas qualidades e unicamente intitulado para as definir” (Bourdieu, 2004, p. 92 *apud* Aguiar, 2012, p. 72).

Ao considerar a questão da autossuficiência, podemos compreender que a burguesia procura mostrar sua dominação como produto de sua própria ação, por ser culta, iluminada, empreendedora, e não por ser dominante sobre os outros. Enquanto que, aqueles que não são burgueses são vistos pela burguesia como os não empreendedores, sem “classe” e por isso não são burgueses. Isto é,

“ideológica e subjectivamente, a burguesia não (auto)identifica a sua posição (dominante, se bem que muito esparsamente reconhecida) em termos *relacionais* [grifo do autor], mas no quadro de uma interiorização significacional de que a sua condição de classe e o seu estilo de vida derivam da sua autossuficiência (o indivíduo burguês constrói a sua fortuna patrimonial pela sua própria iniciativa) e autorreferência (o conjunto da sociedade é padronizado à sua imagem e semelhança, portanto, a partir dos seus princípios de recorte distintivo na edificação simbólica da visão – e divisão – do mundo social” (Aguiar, 2012, p. 72-73).

Essa questão da autossuficiência é percebida claramente nos discursos da classe dominante em relação à casa própria, sobretudo, a respeito daqueles que não conseguem adquiri-la por causa de suas condições financeiras. Por muitas vezes, o discurso apresenta que tal classe social não consegue a casa própria por causa de sua incapacidade, por não se esforçarem o suficiente, ou não trabalharem o suficiente para conseguir tal bem material. Inclusive, muitas vezes, o discurso se coloca contrário às políticas públicas habitacionais, desqualificando-as por permitir que a população de camadas populares consiga a obtenção casa própria sem fazer o “esforço” necessário.

Assim, podemos dizer então, que a casa própria possui um fetichismo como toda mercadoria. Esse (fetichismo) por sua vez, sobrepõe a realidade simbólica sobre a realidade material, de tal forma que, a aquisição da moradia torna-se o “sonho da casa própria”, pois como afirma Aguiar (2012):

“às relações de produção, portanto, à base material da produção capitalista, acrescenta-se, de modo constitutivamente inseparável, um

véu ideológico-significacional o qual converte no plano ideativo a mercadoria num sujeito social, no sujeito-matriz, se bem que não único, de amplos comportamentos humanos na esfera cultural e do consumo” (p. 100).

Com isso, percebemos que a casa própria é também uma questão ideológica. Löwy (2015) nos mostra a importância de uma análise dialética das ideologias. Tentando fazer uma conclusão provisória sobre o conceito de ideologia, o autor nos mostra as diferentes concepções que o conceito teve ao longo do tempo e por diferentes autores. Löwy (2015) diz que o conceito foi literalmente inventado por Destutt de Tracy, um filósofo francês, em que para ele, ideologia é o estudo das idéias e estas sendo resultando das interações entre o organismo vivo e a natureza. Vemos que tal concepção se faz bem distante do que mais tarde Marx consideraria como ideologia, na obra *A ideologia alemã*, onde ideologia ganhou um sentido pejorativo:

“Em *A ideologia alemã*, o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real” (Löwy, 2015, p. 19).

Ratificando, segundo Lufti, Sochaczewski e Jahnel (1996), Marx ataca as ideologias ao considerá-las mentiras de classe, pois as mesmas

“como produto ao mesmo tempo da interpretação dos homens e da divisão social do trabalho, têm uma base real na sociedade, mas, ao mutilar e deformar a prática social, são usadas maliciosamente, politicamente” (idem, p. 91)

Já em Lenin, ideologia ganha outro sentido, bastante diferente do de Marx. Ideologia seria qualquer concepção da realidade, vinculada aos interesses de determinadas classes sociais. Assim,

“ideologia deixa de ter um sentido crítico, pejorativo, negativo, que tem em Marx, e passa a designar simplesmente qualquer doutrina sobre a realidade social que tenha vínculo com uma posição de classe” (Löwy, 2015, p. 19).

De acordo com Löwy (2015), na sociologia funcionalista o conceito de ideologia aparece como algo consensual, e até mesmo em correntes marxistas, aparece como se a ideologia fosse uma só. No entanto, para o autor, através de uma análise dialética,

“as ideologias não são simplesmente uma ou outra idéia, uma mentira ou uma ilusão, são um conjunto muito mais vasto, orgânico, de valores, crenças, convicções, orientações cognitivas, de doutrinas, teorias, representações. A esse conjunto, à medida que seja coerente, unificado por uma certa perspectiva social, por uma perspectiva de classe, eu chamaria de visão social do mundo” (p. 40-41).

Dessa forma, há diferentes ideologias, diferentes visões de mundo, pois há na sociedade diversas classes sociais ou grupos sociais, e são estas classes sociais que produzem as ideologias. Sendo assim, o autor aponta que as ideologias ou as visões de mundo são contraditórias, existindo um enfrentamento permanente entre elas, expressando um enfrentamento entre as várias classes sociais que compõem a sociedade.

Marx (1851, *apud* Löwy, 2015) apresenta o conceito de superestrutura ideológica, onde faz uma análise sobre a visão de mundo da pequena burguesia e nos revela que o processo de produção das ideologias se dá no nível das classes sociais, no entanto quem as sistematiza, dando-lhes forma de teoria, de pensamento elaborado, isto é, um caráter científico, são os representantes políticos e literários da classe. Dessa forma, “as visões de mundo, as ideologias, a superestrutura, não configuram idéias isoladas mas um conjunto orgânico. São, sobretudo, ‘uma maneira de pensar’” (Löwy, 2015, p. 119). Em vista disso, a ciência e a representação científica não são contraditórias. Pelo contrário, se faz ciência a partir da dialética entre ciência e representação de classe.

Löwy (2015) nos mostra como que para Marx os economistas são representantes científicos da classe burguesa, e como que por isso, não é possível para tais fazerem uma ciência objetiva e imparcial. Logo, percebemos que embora o discurso de determinadas correntes da ciência ainda seja de imparcialidade e objetividade, na verdade, esconde uma ideologia que se reafirma enquanto dominante. Voltamos então à relação dialética entre fenômeno e essência apresentada por Kosik(1969), onde as representações não são a essência, isto é, a imparcialidade e objetividade da ciência, sobretudo positivista, são uma das manifestações da luta de classes. Dessa forma:

“como já nos alertou Marx, a ‘ciência burguesa’, mediada pela ideologia que naturaliza as relações capitalistas, centra-se no entendimento de suas funções e disfunções internas e ignora o que histori-

camente a produz. Por isso mesmo, a ciência burguesa percebe os problemas concretos, como o da desigualdade nos diferentes âmbitos humano-sociais, que é inerente à forma social capitalista, como uma mera disfunção e acaba sempre atacando, de forma focalizada, as consequências, e não as determinações” (Frigotto, 2014, p. 34).

Sendo assim, percebemos a falta de moradia como problema concreto inerente à forma social capitalista, resultante de uma desigualdade social, em que nem todos conseguirão ter onde morar. Como solução para este problema, em geral, é pelo viés econômico representante da classe dominante que visa os interesses do capital. Isto é, a solução para a falta de moradia ou a dificuldade de obtenção da mesma, se dá pela aquisição, ou seja, pela compra da mesma, ainda que de maneira mais facilitada pelos financiamentos. No geral, as políticas públicas habitacionais brasileiras buscam expandir o capital imobiliário para as camadas populares do que, de fato, resolver a questão da moradia. Ainda se busca a compra da casa própria, ao invés de pensar em outras possibilidades de universalizar a garantia do direito de habitar.

Essa certa naturalização das relações capitalistas é fruto da sociabilidade do capital. Marx e Engels (1982, apud Frigotto, 2014) diz que “a sociabilidade do capital revoluciona constantemente os meios de produção, as relações de produção e as relações sociais” (p. 41). Dessa forma, cada vez mais as relações sociais foram reificadas pelo sistema capitalista. Mészáros (2006) nos apresenta a estrutura conceitual da teoria da alienação de Marx, cujos termos de referências fundamentais são o homem, a natureza e indústria (atividade produtiva) e que há inter-relação estrutural entre eles. Na verdade, há uma relação dialética entre os conceitos de forma que “esse processo de interação recíproca, Marx o chama de ‘gênese da sociedade humana”” (p. 100).

Para a compreensão da “essência humana da natureza” ou “essência natural do homem”, Mészáros (2006) diz que é crucial o conceito de “atividade produtiva” (ou “indústria”), pois

“a ‘indústria’ é ao mesmo tempo a *causa* [grifo do autor] da crescente complexidade da sociedade humana (criando novas necessidades ao mesmo tempo em que satisfaz outras mais antigas [...]) e o *meio* [grifo do autor] de afirmar a supremacia do homem – como ‘ser universal’ que é ao mesmo tempo um ‘ser específico’ único – sobre a natureza” (p. 100).

Isto é, a atividade produtiva como mediação alienada entre o “homem” e “natureza”, mas, sobretudo, como alienação entre o homem e sua própria natureza.

Em vista disso, podemos nos questionar como que a alienação se tornou autoalienação? Mészáros (2006) aponta que quando há a “auto-alienação do trabalho” (p. 104), quando a atividade produtiva se transforma em “trabalho alienado”, ou seja, o trabalho como “um simples *‘fato material’* [grifo do autor], em lugar de ser visto como agente *humano* [grifo do autor] da produção” (p. 104). Com isso surgem múltiplas inter-relações, onde há as mediações de segunda ordem, como: o homem é dividido entre propriedade privada e seu proprietário ou em trabalho assalariado e trabalhador, se opondo antagonicamente; a reciprocidade dialética entre homem, indústria e natureza é transformada em inter-relação alienada entre propriedade privada e seu proprietário, indústria alienada e natureza; trabalho assalariado e trabalhador, indústria alienada e natureza alienada; propriedade privada e seu proprietário, trabalho assalariado e trabalhador e indústria alienada; e propriedade privada e seu proprietário, trabalho assalariado e trabalhador e natureza alienada (Mészáros, 2006).

Essas mediações de segunda ordem, segundo Mészáros (2002) possibilitam a reprodução das funções vitais da reprodução sociometabólica do capitalismo, constituindo uma rede desorientadora em que os indivíduos particulares estão inseridos, assim como, controla os atores humanos com base nos imperativos da expansão do capital e os ilude com relação às suas motivações, dando-lhes a falsa sensação de agentes livres. Assim, “a constituição do sistema do capital é idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações” (p. 189).

Dessa maneira, temos agora um sistema de alienações que externaliza o homem na forma de trabalho alienado e propriedade privada. Segundo Mészáros (2006), Marx coloca o dinamismo social objetivo da contradição entre propriedade privada e trabalho como centro de toda essa complexidade de inter-relações, que foi necessária para efetivação da vida humana, porém, no entanto, o agravamento dessa contradição só aponta para a desintegração do sistema produtivo existente, pois “a auto-objetivação humana na forma de auto-alienação perde sua justificação históri-

ca relativa e se torna um anacronismo social indefensável” (p. 107). Sendo necessária, então, a transcendência dessa alienação, enquanto necessidade ontológica,

“*necessidade* [grifo do autor] de uma supressão *efetiva* [grifo do autor] da reificação das relações sociais de produção; a qual foi antes inevitável, porém agora exerce um efeito cada vez mais paralisante (e portanto historicamente insustentável)” (idem).

De acordo com Mészáros (2006), a alienação já estava presente nas relações feudais, pois a propriedade privada é baseada na propriedade da terra. Sendo assim, a terra enquanto propriedade agrária feudal era uma manifestação particular da alienação, podendo ver, portanto, o caráter alienável da terra. No entanto, o autor nos mostra que a primeira condição da existência do homem é a terra ser inalienável do homem. E que a ideologia feudal não podia se afirmar do ponto de vista em termos do “homem” justamente por já ter a terra como alienada por um grupo de homens, se afirmando em termos de seu caráter parcial. Essa parcialidade sendo elevada acima do restante dos homens, sob a alegação de uma ascendência divina, não permite um apelo ao conceito de “homem”. Por isso,

“o conceito de ‘homem’ foi popularizado por aqueles que combateram o poder feudal e sua ideologia. O que é paradoxal, contudo, é que nos escritos desses pensadores antifeudais o conceito de homem não é apresentado para *negar* a alienação, mas para *afirmá-la* e mantê-la, embora de forma diferente. Eles afirmavam o princípio da alienação e alienabilidade numa forma *universal*, estendendo sua esfera a todos os aspectos da vida humana, inclusive a ‘*auto-alienação*’ e a ‘*auto-alienabilidade*’. E o fizeram em nome do ‘homem’ [grifo do autor]” (Mészáros, 2006, p. 125).

A universalização da alienação e da alienabilidade compreende em si a noção de igualdade. “A terra é alienável porque todos pertencemos à classe geral de ‘homem’ e nesse sentido somos todos iguais” (idem, p. 125). No entanto, assim como a igualdade é afirmada, imediatamente é negada, em razão do conceito de alienação e alienabilidade implicar exclusão. Portanto,

“a forma pela qual a terra pode ser alienada é necessariamente uma forma que transfere os *direitos de posse* – embora não em princípio, como na ideologia feudal, mas *de fato* – a um número limitado de pessoas. Ao mesmo tempo – e novamente não em princípio, mas na prática necessariamente implícita à noção de alienabilidade – o resto da população é *excluído* da posse da terra [grifo do autor]” (idem, p. 126).

Sendo assim, o princípio de igualdade se estabelece sob a forma legalista-formal através dos “Direitos do Homem”, de forma que, o princípio se estabelece a partir de um caráter abstrato, apresentando uma contradição entre forma e conteúdo, ou seja, o caráter legalista-formal enquanto forma, sendo que seu conteúdo deveria ser a negação da alienação e da alienabilidade para que o princípio da igualdade se opusesse à posse individualista.

Dessa forma, podemos compreender como que o ato de morar tornou-se então uma questão de posse da terra. Diante das transformações acima apresentadas, buscamos perceber a moradia nesse contexto. Já que agora, em vista do princípio da igualdade, a terra se tornou alienada em caráter universal, e os direitos de posse transferidos a poucos. Assim, aqueles que não têm condições de possuir a terra, não têm o direito de usufruir dela, seja para produzir como para morar.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o trabalho tornou-se uma atividade estranha ao homem que agora tem que vender sua força de trabalho para ter condições de se reproduzir tanto biologicamente quanto como mercadoria. Segundo Mézáros (2006), no capitalismo, o trabalho que deveria ser uma propriedade interna e ativa do homem, torna-se uma atividade externa por causa da alienação capitalista, ou seja, o trabalho é externo ao trabalhador, o trabalhador não se percebe, não se reconhece mais na atividade produtiva. Portanto, “a alienação transforma a atividade espontânea no ‘trabalho forçado’, uma atividade que é um simples meio de obter fins essencialmente animais (comer, beber, procriar)” (p. 146). Sendo assim, para o autor, essa objetivação sob as condições do trabalho externo ao homem assume uma forma de poder exterior bastante hostil, que é a propriedade privada. Esta sendo o produto da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo, ou seja, produto do trabalho alienado.

Compreendendo o capitalismo não apenas como um modo de produção, e sim, como “uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo” (Postone, 2014, p. 18), cujo resultado “é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação” (idem), vemos o caráter totalizador do capitalismo enquanto modo civilizatório, de tal forma que, as relações capitalistas foram naturalizadas ao longo do tempo, compondo assim, por

diversos mecanismos, o mundo da pseudoconcreticidade. As novas necessidades impostas pelo capitalismo não são questionáveis, ao passo que, cada vez mais são aceitas e absorvidas como verdades absolutas.

A propriedade privada não é questionada, pelo contrário, cada vez mais se reafirma ao se configurar um modo de dominação social. Na sociedade moderna capitalista, enquanto mediação social estruturada e objetiva (Postone, 2014), há uma relação entre cultura e vida material. Em vista disso, a moradia também está ligada a essa relação de cultura e vida material. Enquanto propriedade privada, a moradia torna-se também uma forma de dominação social, pois ao supor uma relação de igualdade, onde todos têm direito de vender e/ou comprar, esconde na verdade que o caráter hostil da propriedade privada, o fato de que nem todos conseguirão ter condições de adquirir tal bem que é extremamente necessário para a vida humana.

Com a terra sendo alienada ao homem, o poder de posse jurídica sobre ela é carregada de representações e significados. Primeiro, devido a essa expropriação da terra, o homem precisa de um espaço para morar e se reproduzir, a não posse desse espaço traz consigo uma série de inquietações e inseguranças, pois o homem tem que pagar para usufruir do espaço, isso se dá em forma de aluguel, no entanto pagar por esse usufruto não é ter o direito exclusivo e permanente (Harvey, 2016). Diante da complexidade da economia atual e suas crises, ter a posse jurídica da moradia pode conferir em relativa segurança frente às incertezas do quadro econômico.

Segundo, a moradia tornou-se frente de expansão do capitalismo pelo viés imobiliário, de tal forma que, que valor de troca surge primeiro do que o valor de uso. O *boom* imobiliário só foi possível pela criação de um imaginário de que tal maneira de morar é melhor do que outra, tendo o Estado um papel fundamental neste processo. Além disso, a moradia enquanto materialidade é um capital fixo necessário para a reprodução do próprio capital, já que é necessária para a reprodução das próprias relações de produção do capital (Harvey, 2016).

Vemos então, como que essas representações têm força no plano do vivido, onde Lefebvre as considera como fatos da prática social (Lufti, Sochaczewski e Jahnell, 1996), sendo fundamentais para a manutenção do capitalismo a partir da continuidade do princípio da propriedade privada. O imaginário criado em torno da a-

quisição da casa própria fez com que a classe trabalhadora almeje por meio do consumo, não só o direito permanente e exclusivo da moradia, mas também, as representações de *status* e modo de vida da classe dominante.

### **Considerações finais**

Buscamos então, compreender os princípios que fundamentam a casa própria, como que estes princípios forma construídos socialmente propiciando o desenvolvimento capitalista. Dessa forma, a alienação da terra e conseqüentemente os direitos de posse da propriedade privada fundamentaram a casa própria, no sentido de que, o homem tem de pagar para ter o seu direito de usufruir da terra, e isso inclui o ato de morar.

Com isso, aqueles que tem poder de posse, ou seja, a classe dominante vai criando ideologias (visões de mundo) onde a casa própria toma um sentido ideológico, conferindo aos que a possuem certo *status* social, e contribuindo para a reafirmação de sua dominação social. Tal dominação, através das ideologias está expressa inclusive na ciência, isto é, tem seu representante científico que busca perpetuar sua condição de classe dominante, através de uma produção científica que não vai além da obviedade, mas, sobretudo, reafirma a pseudoconcreticidade como concreticidade, como se as coisas fossem dadas, conferindo-lhes o caráter de verdade absoluta.

Sendo assim, tentamos brevemente perceber o contexto político, social, econômico e, sobretudo, de classe, que a casa própria está inserida e com isso, o cunho ideológico a mesma carrega. Pois, o abrigo (o habitar) é uma necessidade humana, no entanto, a casa própria é um objeto de desejo, de consumo, que permite ao indivíduo a alteração do seu *status* social, ao alcance do imaginário criado como forma de viver a vida. Sendo assim, percebemos que “a necessidade de morar fica alterada pela necessidade de obter” (Araújo, 2008, p. 167).

## Referências Bibliográficas

AGUIAR, João. Da dominação simbólico-ideológica (directa) da classe à dominação simbólico-ideológica (indirecta) de classe. In: ALVES, Giovanni; BATISTA, Roberto Leme e MONTEIRO, Arakin. **Trabalho e Sociabilidade: perspectivas do capitalismo global**. Bauru: SP: Canal6 editora, 2012, p. 65-103.

ARAÚJO, Ana Cristina da Silva. **A casa [própria] alugada: questões da política pública habitacional**. Risco. Universidade de São Paulo, n. 7, vol. 1, 2008. p. 165-176. Disponível em: <[http://www.iau.usp.br/revista\\_risco/Risco7-pdf/o2\\_artu\\_risco7.pdf](http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco7-pdf/o2_artu_risco7.pdf)>

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 191-229.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org.). **Teoria e Educação no labirinto do capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 29-69.

HARVEY, David. Valor de Uso e Valor de Troca. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 27-34.

\_\_\_\_\_. Capital como processo ou como coisa? **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 73-80.

KOSIK, Karel. O Mundo da Pseudoconcreticidade e sua Destruição. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. p. 09-20.

\_\_\_\_\_. A Totalidade Concreta. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. p. 33-54.

LÖWY, Michael. Ideologia. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. p. 17-45.

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna e JAHNEL, Teresa Cabral. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 87-97.

MÉSZÁROS, István. Aspectos econômicos. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 115-138.

\_\_\_\_\_. Estrutura conceitual da teoria da alienação de Marx. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 91-111.

\_\_\_\_\_. Causalidade, tempo e formas de mediação. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 175-188.

\_\_\_\_\_. Aspectos políticos. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 139-148.

Recebido em 7 dez. 2017

Aceito em 3 jun. 2018.